



**GALIBI MARWORNO VERSUS MILITARES:  
ENTRE BÚFALOS FERAIS E ESBULHOS  
TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA CARIBENHA**

**GALIBI MARWORNO VERSUS MILITARY:  
BETWEEN FERAL BUFFALOES AND  
TERRITORIAL DISSEISINS IN THE CARIBBEAN  
AMAZON**

**GALIBI MARWORNO VERSUS MILITARES: ENTRE  
BÚFALOS SALVAJES Y ARREBATAMIENTOS  
TERRITORIALES EN LA AMAZONÍA CARIBEÑA**

**RAMIRO ESDRAS CARNEIRO BATISTA<sup>1</sup>  
GILDO FIRMINO NUNES<sup>2</sup>  
JANE FELIPE BELTRÃO<sup>3</sup>**

**RESUMO**

O artigo toma à análise o histórico de desterritorialização e reterritorialização do Povo *Galibi Marworno* na Terra Indígena *Uaçá*, atual município de Oiapoque/AP, na segunda metade do século XX. As narrativas sobre a invasão do território para a prática de pecuária extensiva compõem um histórico de arbitrariedades e consequente quebra dos arranjos socioambientais indígenas, operacionalizados por meio de consórcio entre o órgão indigenista e o exército brasileiro, com o suposto objetivo de provimento da segurança alimentar dos habitantes do rio *Uaçá*, por meio da criação de bubalinos. A memória indígena sobre os eventos é problematizada a partir da literatura histórica e antropológica e documentos do órgão indigenista que versam sobre o assunto, em contraposição aos arquivos pessoais do

<sup>1</sup> Licenciado em Pedagogia (CEIVA) e mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do quadro permanente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), atuando com a formação de professores indígenas territorializados na Amazônia oriental. Possui experiências profissionais em gestão e consultoria técnica para unidades e sistemas de ensino; docência, extensão e pesquisa na educação básica e superior; além da atuação em agremiações comunitárias e sindicais e distintos conselhos de controle e acompanhamento de políticas sociais. Colabora em diferentes grupos de pesquisa, inquirendo temas como antropologia da guerra; gestão socioambiental em comunidades tradicionais; história social da educação e escolarização em espaços não urbanos; e literaturas e narrativas descolonizantes. ramiro.esdras.carneiro@gmail.com.

<sup>2</sup> Sou Galibi Marworno da região do rio *Uaçá*. Atualmente curso Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Tenho interesse de pesquisa em memória, história e etnosaberes de povos e populações etnicamente diferenciadas. sauloesdrasdematos@hotmail.com.

<sup>3</sup> Antropóloga e historiadora, professora titular da UFPA atuando como docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e Direito (PPGD). Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1B. janebeltrao@gmail.com.

**Como citar este artigo:**

BATISTA, Ramiro Esdras  
Carneiro  
NUNES, Gildo Firmino  
BELTRÃO, Jane Felipe  
Galibi Marworno versus  
Militares: entre búfalos  
ferais e esbulhos territoriais  
na Amazônia Caribenha.  
**Revista de Direito  
Socioambiental - REDIS,**  
Dossiê “Povos, territórios e  
direitos: diálogos  
socioambientais”, Goiás –  
GO, Brasil,  
n. 01, 2023, p. 18-35.

Data da submissão:  
04/03/2022

Data da aprovação:  
25/01/2023



---

*muchê Koko Tavi*, falecido ancião *Galibi Marworno* que vivenciou o processo. A combinação de documentos demonstra que o esbulho somente seria interrompido após trinta anos de luta, por ocasião da demarcação e homologação da T.I. Uaçá, finalizada na década de 1990.

**Palavras-chave:** Indigenismo; Memória Indígena; História indígena; Povo *Galibi Marworno*.

#### **ABSTRACT**

The article analyzes the history of deterritorialization and reterritorialization of the Galibi Marworno People in the Uaçá Indigenous Land, current municipality of Oiapoque/AP, in the second half of the 20th century. The narratives about the invasion of the territory for the practice of extensive cattle raising comprise a history of arbitrariness and the consequent breakdown of indigenous socio-environmental arrangements, operated through a consortium between the indigenous body and the Brazilian army, with the supposed objective of providing food security for the inhabitants of the Uaçá River, through the breeding of buffaloes. The indigenous memory of the events is questioned based on historical and anthropological literature and documents from the indigenous body that deal with the subject, in contrast to the personal files of *muchê Koko Tavi*, deceased Elder Galibi Marworno Who experienced the process. The combination of documents demonstrates that the dispossession would only be stopped after thirty years of struggle, on the demarcation and ratification of the T.I. Uaçá, completed in the 1990s.

**Keywords:** Indigenism; Indigenous Memory; Indigenous History; Galibi Marworno People.

#### **RESUMEN**

El artículo analiza el histórico de desterritorialización y reterritorialización del Pueblo Galibi Marworno en la Tierra Indígena Uaçá, actual municipio de Oiapoque/AP, en la segunda mitad del siglo XX. Las narrativas sobre la invasión del territorio para la práctica de ganadería extensiva componen un histórico de arbitrariedades y, en consecuencia, de ruptura de los arreglos socioambientales indígenas, operados por medio del consorcio entre el órgano indigenista y el ejército brasileiro, con el supuesto objetivo de promover la seguridad alimenticia de los habitantes del río Uaçá por medio de la cría de búfalos. La memoria indígena sobre los eventos es problematizada a partir de la literatura histórica y antropológica de documentos del órgano indigenista que tratan el asunto, en contraposición a los archivos personales del *muchê Koko Tavi*, anciano Galibi Marworno ya fallecido, quien vivenció el proceso. La combinación de documentos demuestra que el despojo solamente fue interrumpido tras treinta años de lucha, por causa de la demarcación y homologación de la Tierra Indígena Uaçá, al finalizar la década de 1990.

**Palabras clave:** Indigenismo; Memoria Indígena; História Indígena; Pueblo Galibi Marworno.

#### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo toma à análise o histórico de desterritorialização e (re)territorialização do Povo *Galibi Marworno* na Terra Indígena Uaçá, na segunda metade do século XX, combinando referências constantes da literatura sobre o assunto, com o aporte de memória e história indígena

proporcionada pelo escrutínio dos manuscritos do falecido Senhor *Koko Tavi*<sup>4</sup>. Nascido em 01 de junho de 1953 na Terra Indígena Uaçá e falecido em 23 de junho de 2016, na cidade de Oiapoque/Amapá/Brasil, *Koko Tavi*, cujo nome brasileiro era Manoel Firmino, foi um homem *Galibi Marworno* que legou a seus netos um diário pessoal no qual recolhemos registros sobre o problema da invasão de búfalos no território *Marworno*, as memórias escritas se constituem na versão indígena sobre os eventos aqui investigados.

Para a presente reflexão, partimos do pressuposto de que a desterritorialização não é caracterizada somente pelo deslocamento de um povo de seu território, mas também pela inviabilização de seu modo de vida e reprodução econômica em virtude de ingerência externa, ainda que as pessoas não sejam expulsas de suas casas. Convém considerar que a centralidade da(s) Amazônia(s) para a manutenção da vida em nível global, frente aos desafios propostos pela emergência climática, é ponto pacífico na comunidade científica, admitindo que a produção de conhecimentos que versam sobre a manutenção destes biomas é fenômeno relativamente recente e, cumpre dizer, inconcluso, ao passo que a milenar produção de conhecimentos indígenas sobre os mesmos territórios guarda uma amplitude de saberes que pode, mediante a concordância e colaboração dos mestres da tradição, servir de guia para a retomada do equilíbrio biótico e possível mediação da crise ambiental em níveis regionais e globais.

Pressupomos, finalmente, que o exercício de sobreposição de história e memória indígena e do indigenismo, a fim de recompor o processo de retomada territorial e recomposição biótica das savanas e campos alagados do rio *Uaçá* – movimento protagonizado pelo povo *Galibi Marworno* nos últimos cinquenta anos – pode oferecer elementos para discutir o adiamento da crise ambiental identificada no território do Amapá, ameaçado pela reprodução descontrolada de bubalinos, como veremos adiante. É fato que o malfadado empreendimento militar mobilizou o povo *Galibi Marworno*, juntamente com a federação de caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque e demais aliados, a fim de fazer frente aos militares do exército e agentes do SPI/FUNAI que criaram uma fazenda de búfalos no centro do território indígena. Com isso os *Galibi Marworno* tiveram que enfrentar não só os militares do exército e agentes do SPI/FUNAI, mas também os não humanos: búfalos asselvajados que degradaram o seu território.

## 1 O POVO E O TERRITÓRIO GALIBI MARWORNO

---

<sup>4</sup> Diferentemente do que se espera para uma melhor fluidez do texto científico, os manuscritos do senhor *Koko Tavi* foram transcritos *ipsis literis* para o corpo do artigo. A razão para esse procedimento são os imperativos culturais que cerceiam a morte e os mortos entre pessoas etnicamente diferenciadas. No caso em tela, por se tratar de pessoa falecida, corrigir ou complementar seu texto pode constituir uma ofensa a sua memória, redundando na traição à confiança de seus descendentes que nos cederam cópia do diário indígena.

A Amazônia caribenha, território que na atual configuração geopolítica brasileira abrange os entes federados de Roraima e Amapá, compõe uma borda fronteira situada no enclave da Amazônia continental com o mar do Caribe, região historicamente disputada por distintas potências coloniais. Para a região do Baixo rio Oiapoque/Amapá, as disputas coloniais entre a Holanda, Portugal e França ganham relevância para o entendimento referente ao esbulho dos territórios afro e indígenas, e consequente formação das colônias ultramarinas (OLIVEIRA, 2011), dinâmica que deu origem a recém-emancipados estados nacionais como a República do Suriname, além de resilientes domínios coloniais como o território ultramarino Francês da Guyane e o antigo Território Federal do Amapá (atual ente federado brasileiro), onde se localiza a Terra Indígena Uaçá.

Nos primeiros trezentos anos de disputa luso-franco-holandesa pela fronteira Oiapoque foram escamoteados processos de migração, expulsão, fusão e extermínio de distintos povos afro e indígenas, conformando novas unidades étnicas a partir das alianças constituídas pelos sobreviventes das guerras coloniais, no interflúvio Oiapoque/Cayena (BATISTA, 2020). O histórico da ocupação humana dessa parte da Amazônia nos permite afirmar a impossibilidade e inadequação de arbitrar alguma modalidade de “marcas do tempo” que possa identificar a territorialidade indígena, aqui ou alhures, visto que é exatamente o deslocamento forçado e as diferentes estratégias de recomposição étnica e territorial que caracterizam grande parte da história dos povos indígenas no Brasil e especialmente nas Amazônias.<sup>5</sup>

Resolvida a questão do Contestado entre franceses e luso-brasileiros (MEIRA, 1989), o talvegue do rio Oiapoque tornou-se o marco definitivo que separou a república francesa e brasileira, nos idos de 1901. A partir de então, a região foi definitivamente incorporada ao território brasileiro e perscrutada pelo Ministério da Guerra, com consequente instalação de posto avançado do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a partir da década de 30 do século XX. Ato contínuo, o órgão indigenista classificou os povos indígenas do Baixo Oiapoque como os Aruaque *Palikur*, os Caribe *Galibi Marworno* e os Tupi *Karipuna* (RONDON, 2019 [1944]), visto que os *Galibi Kalinã* somente migrariam do território francês em direção a Guyana brasileira, nos anos 50 do século passado.

Trata-se de classificação questionável à luz da atual literatura antropológica, visto não alcançar a dinâmica de deslocamento e fusão de distintos povos no Caribe oiapoqueense que, a exemplo do povo *Galibi Marworno*, são formados por distintas ondas de população guianense em deslocamento, fazendo-se descendentes tanto de povos de origem caribe e aruaque, quanto de afro-

---

<sup>5</sup> No texto referimos Amazônias, sempre no plural, para demarcar a diversidade étnica e racial que alcança os territórios de formas singulares conferindo especificidades múltiplas aos espaços sociais.

guianenses, recebidos e incorporados em distintas ondas migratórias (SILVA, 2020). Apesar do etnônimo próximo, os *Galibi Marworno* não possuem vínculo diaspórico com os seus vizinhos, os *Galibi Kalinã*, pois *Galibi* é termo genérico amplamente utilizado nas colônias francesas para se referir a diferentes grupos de origem Caribe (BATISTA, 2020). Usada sem adjetivação, a palavra não diz nada sobre os etnônimos. Aparentemente, o órgão indigenista da margem brasileira lançou mão do termo de forma genérica, cristalizando os referentes étnicos.

Conquistado o território do Amapá pelo estado brasileiro nos primeiros anos do século XX, ocorreu a instalação combinada de o Comando Militar de Fronteira<sup>6</sup> do Exército com a Inspetoria do SPI, na região do Oiapoque. Como desdobramento desse processo de administração de povos dominados (SOUZA LIMA, 1995), ocorreu a instalação de posto avançado do exército no território *Galibi Marworno*, concomitante a instalação de uma fazenda de criação de búfalos (*Bubalos bubalis*). Esses empreendimentos das forças armadas nas imediações da aldeia *Kumarumã*, especificamente na ilha denominada *Soraimon*, situada no coração do território indígena<sup>7</sup>, causaram grande efeito social na organização socioterritorial e segurança alimentar do povo *Marworno* no decurso dos anos seguintes.

### 1.1 Colonização por não humanos: a invasão dos *Bubalos bubalis* no território do Amapá

Embora a imagem de bubalinos apareça tradicionalmente vinculada a algumas regiões da Amazônia oriental, notadamente no arquipélago do Marajó/PARÁ, a chegada dessa fauna exógena ao ambiente amapaense é relativamente recente, dado que sua introdução foi feita a partir de animais trazidos do Marajó, na década de 1950 do século XX (DOMINGUES, 2004). Domesticados em diferentes partes do continente asiático, esses animais guardam a característica de terem sua domesticidade considerada parcial ou incompleta, visto que voltam à condição de selvagens após pouco tempo sem o manejo humano (MONTEIRO, 2009).

Com o peso variando de 600 a 800 quilos, o búfalo asselvajado torna-se uma ameaça real a humanos e não humanos que partilham do mesmo território que ele. Sendo um animal rústico e resistente a praticamente todas as parasitoses e predações, o comportamento bubalino é causador de grande impacto nos ambientes em que é introduzido, conforme atestam os estudos do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) para búfalos ferais (BISAGGIO *et al.*, 2013).

---

<sup>6</sup> Atualmente, o 34º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Clevelândia do Norte, distrito de Oiapoque/AMAPÁ.

<sup>7</sup> Santa Maria dos Galibis parece ter sido o nome imposto pelo SPI para o aldeamento, mas o nome que prevaleceu para a grande aldeia até o presente é Kumarumã. Segundo a líder Galibi Dona Elza Santos, nessa ilha jazem os restos mortais do Pajé Arumã, por isso as pessoas dizem: “vou morar com Arumã”, quando aceitaram concentrar os grupos familiares perto da nova escola e enfermaria construída pelo SPI. (Elza Santos – Conversa com finalidade – 2017).

Para além da agressividade com os outros habitantes do território, o comportamento bubalino de escavar buracos e formar poças de lama para sua própria termorregulação causa danos tão graves quanto à abertura de canais de drenagem e desvio das águas, redundando no entupimento da foz de rios, como já observado em diferentes topônimos do estado do Amapá.<sup>8</sup> Em razão disso, a invasão por espécies exóticas é considerada como grave ameaça a diversidade biológica dos ecossistemas – notadamente os amazônicos – sendo a introdução de novas espécies animais atualmente consideradas como vetor de extinção das espécies locais, pela literatura especializada (BISAGGIO *et al.*, 2013).

No caso de bubalinos, o peso dos animais adicionado ao seu comportamento social é fator de compactação do solo, o que no limite cria as condições para a destruição e a extinção da vegetação nativa e consequente fuga e desaparecimento da fauna local. A qualidade da água é outro fator para a dificuldade de coexistência com os bubalinos, já que a poluição “pelo excesso de fezes e urina, ocasion[a] aumento de turbidez e redução do nível de oxigênio na água (...) podem comprometer na quantidade e qualidade do pescado, além da (...) ocorrência de doenças de veiculação hídrica” (MONTEIRO, 2009, p. 18).

**Imagem 01:** Caveira de Búfalo fotografada na ilha de Maracá-Jipioca (Amapá/AMAPÁ).



Fonte: Fred Monteiro (2009).

A caracterização do comportamento de bubalinos semidomesticados e os possíveis efeitos socioambientais<sup>9</sup> causados para os meios onde são introduzidos faz-se necessária para que

---

<sup>8</sup> Sobre o assunto consultar matéria que versa sobre suposto caos ambiental no estado do Amapá, em razão da reprodução descontrolada de bubalinos. Fonte: <https://noticias.r7.com/cidades/com-criacao-de-bufalos-descontrolada-amapa-vive-caos-ambiental-03082015>. Acesso em: 01.nov.2021.

<sup>9</sup> A Resolução nº. 01/86, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), define em seu Art. 1º o impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente natural, seja resultante de matéria ou energia, ou de atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem a saúde, segurança e bem-estar da população, suas atividades econômicas,

possamos aquilatar o nível do flagelo experimentado pelo povo *Galibi Marworno*, em função da invasão e reprodução descontrolada dos animais em seu território tradicional. O impedimento das atividades socioeconômicas, a insegurança alimentar e o comprometimento da saúde pública dela decorrente, além do temerário exercício de serem obrigados a transitar cotidianamente entre os animais bravios nos campos alagados, tesos e ilhas que compõem a paisagem, expuseram o povo *Marworno* a quase três décadas de impedimento do usufruto de seu território, em função do empreendimento do exército brasileiro. Promessas, acordos e compromissos de manejo e retirada dos animais, além da divisão da produção pecuária, jamais foram cumpridos integralmente, como veremos nos relatos e documentos trabalhados no texto.

## 1.2. Memórias e Documentos referentes ao esbulho

As narrativas das duas grandes guerras mundiais ocorridas no século XX, registradas e interpretadas pelo senhor *Koko Tavi* (Manoel Firmino) em seu diário pessoal, afirmam o período da primeira metade do século XX como o momento em que os pajés *Galibi Marworno* e seus *karuãnas* (animais e armas espirituais) foram derrotados pelas máquinas de guerra dos não-índios.<sup>10</sup> Na interpretação do Senhor *Tavi*, a morte do Cobra Grande que protegia o território *Marworno*, então assassinado pela hélice dos motores do navio de guerra dos brancos, ensejava a invasão definitiva do vale do Uaçá e conseqüente declínio da autonomia territorial de seu povo. Para o memorialista indígena, o último grande Pajé *Marworno* – *Urussú* – terminou seu ciclo de poder e mando juntamente com o ocaso da segunda guerra mundial, por volta de 1940:

[n]essa data acabou a 2ª guerra, definitiv[amente] o Brasil estava em liberdade, os negros [e] os índios de diversas nações, fic[aram] muito alegres, os negros agradece[ram] muito ao pajé URUSSU. Os índios Galibi Marworno agradece[ram] muito mais, disse[ram]: agora nós vamos embora em nossa terra, no nosso lugar, os negros [que estavam] amigados com os índios, com as índias, disse[ram]: nos mesmos ainda não va[mos] para nossa terra, nós vamos converçar com o cacique Xinuã a respeito [de] nosso deslocamento. (KOKO TAVI – manuscrito não datado, p. 53)

Depois da passagem do Marechal Cândido Rondon pelo Oiapoque no final da década de 1920 (RONDON, 2019) e posterior avanço do Exército Brasileiro e Serviço de Proteção ao Índio

---

biota, condições estéticas e sanitárias do ambiente, bem como a qualidade dos recursos ambientais. Mencionamos a resolução por acreditar que ela pode tipificar os crimes socioambientais supostamente cometidos pelas forças armadas no território do Uaçá.

<sup>10</sup> As guerras mundiais sulcam gravemente a memória dos povos indígenas do Baixo Oiapoque, visto a existência da base aérea do Amapá ter tornado cotidiano o trânsito de máquinas de guerra na região. A queda de aviões de combate norte americanos no interflúvio Caciporé/Uaçá é fato histórico registrado tanto para o povo Galibi Marworno, quanto os Palikur Arukwayene, que guardam memória dos sinistros e resgates de corpos, inclusive localizando as carcaças de cargueiros B-29 e B-24, em seus territórios de caça (BATISTA, 2020). Sobre o assunto consultar o jornal Folha de São Paulo, na matéria Avião dos EUA é resgatado no Amapá. Edição de 23 de julho de 1995. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/23/mundo/14.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

(SPI) sobre o território indígena do Uaçá, pode-se localizar um de seus ápices “civilizatórios” e consequente “brasileirização” dos indígenas guianenses a partir da abertura da Fazenda *Soraimon*, no princípio da década de 1960, empreendimento que objetivou a criação de búfalos para o abastecimento de carne no batalhão de fronteira, embora o argumento mais utilizado fosse o de que se intentava criar uma cultura do pastoreio entre os indígenas, a fim de garantir a sustentação de aldeias com maior concentração demográfica.

Conforme apontamento da tese de Meire Silva (2020),<sup>11</sup> os búfalos trazidos pelo exército às proximidades da Aldeia *Kumarumã*, principal aldeamento do povo *Marworno* por volta de 1962, eram oriundos

[d]e uma fazenda que o exército mantinha na região de Ponta dos Índios. No entanto, os búfalos atravessavam o Rio Oiapoque para a região da Guiana Francesa, o que causava muitos conflitos. Por esse motivo, o exército levou parte dos animais para a região próxima à Aldeia *Kumarumã* (...). A resolução para o problema de abastecimento de carne em Oiapoque também foi um dos motivos alegado pelo exército para a instituição da fazenda. Essa ação foi feita em conjunto entre o exército e a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVA). A Colônia Militar de Clevelândia recebeu recursos dessa Superintendência, contribuindo com a abertura da Fazenda *Suraimon* (BASTOS, 2014). Assim, além da presença do SPI, a fazenda também poderia contribuir com a presença militar junto à Área Indígena e com o intuito do projeto de nacionalização e “integração” dos Galibi *Marworno* à chamada sociedade não-indígena, pois eles, os indígenas, poderiam vir a ser produtores de búfalo ou gado (SILVA, 2020, p. 120).

Buscando evitar conflitos com a gendarmeria francesa, visto que os búfalos não respeitavam a fronteira aquática, a solução encontrada pelo exército brasileiro em conjunto com o SPI foi transferir os animais para a terra indígena, na região das nascentes do rio Uaçá. Distintos relatos de época dão conta de que o exército havia tentado transferir os animais para partes do território pertencentes aos povos *Karipuna* e *Palikur*, desistindo do intento pela negação dos líderes destas comunidades que, prevendo o desastre, não aceitaram o trânsito e instalação dos animais.

O alegado acordo feito pelo exército para instalar a fazenda de búfalos entre o povo *Marworno* é tema bastante controverso, uma vez que “a proposta da instituição da referida fazenda havia sido recusada pelos *Karipuna*, conforme informou Manoel Primo dos Santos (Koko) em entrevista a Gallois e Carelli em 1982.” (SILVA, 2020, p. 121). Na versão do órgão indigenista e do exército, a fazenda teria sido ofertada e aceita pelos *Galibi Marworno* por meio de uma de suas lideranças<sup>12</sup>, o senhor Raimundo Gerônimo, com promessas de que não faltaria carne para o povo e

---

<sup>11</sup> Para aprofundamento no assunto, consultar: SILVA, Meire Adriana da. Galibi *Marworno*, *Palikur*, *Galibi Kaliña* e *Karipuna*: demarcando territórios e territorializações – Oiapoque/AP–Amazônia. 2020. 420 f. Tese de Doutorado – UNIFESP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193410>. Acesso em: 03 mar. 2022.

<sup>12</sup> O Senhor Koko Tavi (Manoel Firmino), nos lega um pungente testemunho do modus operandi dos militares, ao deslegitimar a lideranças tradicionais: “viaja[ram] para Oiapoque leva[ndo] os lideres: Cacique Camilo Narciso, Yót-nã Joanê dos Santos, Conse[lheiro] Raimundo Geroimo, [para] buscar as garantias, uniformes, com diversas leis assinadas. [Agora] não e mais cacique, é

leite para as crianças na escola do SPI, então inaugurada na aldeia *Kumarumã*. (ASSIS, 1981) Abaixo, à esquerda, o líder *Marworno* à época da implantação da fazenda de búfalos, Cacique Camilo Narciso, fotografado no rio Uaçá com as roupas de algodão que provavelmente ganhara da Comissão Rondon:

**Imagem 02:** Da esquerda para a direita os líderes *Galibi Marworno* Camilo Narciso e Jeannet Alexandre, de acordo com o arquivo do Marechal Rondon.



Fonte: Rondon (2019, p. 264).

Vejam os o processo de consulta para a instalação da fazenda entre o povo *Marworno*, segundo os registros do diário pessoal do senhor *Tavi*, o que podemos ler como a perspectiva indígena:

[o] senho[r] sargento Solidão, falou com cacique Camilo Narciso sem comunicar os povos, nem vice cacique, co[n]selheiro não sabia ainda da entrada do bufalo, dentro da área indígenas Galibi Marworno. Pagou o cacique Camilo Narciso, com um[a] arma de fogo, o cacique aceitou, as população nem sabias, quando percebeu chegou 3 búfalos na aldeia, kumarumã, as ficou preocupados com esses animais, hai as população fez procuração a entradas desse búfalos, sem permissão, fez reunião geral, com cacique, com chefe do SPI, com comandante, do Exe[r]cito, com vice cacique, com conselheiro e populações. Disse, o comandante do Exe[r]cito, quem que nós autorizou a entradas e chefe do SPI, de vocês e o capitão de vocês, paguei com um espingardos supe[r] novos, as população ficou calad[a]. O senho[r] comandante começou falar, disse [o] exercito, vai ajuda[r] vocês, na educação, na saúde, no transporte, alimentação, leite, carne, roupas para os índios, nos não va[mos] deixar os búfalos, passa[rem] para a aldeia. O senho[r] chefias de vocês vai esta[r] juntos com exércitos, pedir recursos para vocês, as população não deu respostas, o mânjo Joanê dos

---

Capitão Camilo Narciso, não é mais Yót-nar, e Mâjo[r] Joanê dos Santos, não é mais Gôceie, é Delegado Raimundo Geronimo. Volta[ram] para a Aldeia, (...) as populações fic[aram] muito contente [porque] as novas lideranças, cheg[aram] com muito material da escola, trosse[ram] presente para cada [um] dos alunos, dorm[iram], de manha, reuni[ram] todos os povos, apresentou frente dos povos, com uniforme” (KOKO TAVI, Manuscrito não datado – fragmento não paginado).

Santos, o delegado **Raimundo Geronimo**,<sup>13</sup> as população ficou desconfiados, com senho[r] Dijalme Esfait, com cacique Camilo Narciso. Ficou avaliando os bufalos, com o chefiás, com cacique Camilo Narciso, primeiramente os bufalos, começou corre[r] atrás das pessoas, come[r] roupas das pessoas, os bufalos começou ficou brabos, os índios não podia i[r] para roças, não podem ir pescar, o rio ficava cercado de búfalos. Os índios começava prejudicando as populações. Os índios começou a reclama[r] do capitão Camilo Narciso. O cacique Camilo Narciso se arrependeu (...). (KOKO TAVI – manuscrito não datado, sem paginação. Grifos nossos.)

Para reafirmar os registros da versão do Senhor *Koko Tavi*, localizou-se sobeja documentação de época que demonstra o povo *Galibi Marworno* sofrendo por décadas a fio com a invasão de búfalos aos seus campos e savanas, os nichos ecológicos dos quais dependiam seu modo de vida e segurança alimentar. O comportamento dos animais de agredir as pessoas, devorar suas roupas e emporcalhar a água potável era só o começo de um longo histórico de sofrimento que viria pela frente. Em diferentes atas das Assembleias dos Povos Indígenas do Oiapoque, aparece a reiteração da destruição das roças dos *Galibi Marworno* em função do povoamento de búfalos (SILVA, 2020).

Para além das roças, um evento que marca em profundidade a memória *Galibi* diz respeito à destruição de seu cemitério, então escavado e destruído pelos búfalos, ocasião em que

[o] exército convenceu o Chefe que seria uma boa contribuição para o povo Galibi-Marworno, que quando [os búfalos] multiplicasse, seriam repartidos com o povo, então o povo aceitou. Quando os búfalos chegaram na região do rio waçá criou muitos problemas, muitas coisas, gente que tinha roça perto ao acesso a água, então se mudaram para longe, devido ao estrago que os búfalos faziam. **Eles comiam tudo o que viam**<sup>14</sup>, quando essas pessoas iam pra roça os búfalos assustavam porque eram muitos, eles não eram como gado comum, isso gerou um outro problema que fez muitas pessoas se deslocar mais acima da cabeceira do rio pra fazer roça. Muito mais longe onde eles não podiam chegar, porque as ilhas tudinho eram destruídas. Até o cemitério foi destruído. O lugar onde é considerado sagrado foi destruído então criou muitos problemas pra nós indígenas. Eles comiam cana, bananas, manivas, não tinha como fazer roça. (...) O Capitão da época (hoje conhecido por Cacique) aceitou porque não tinha conhecimento do que eram os búfalos. (...) Ele aceitou porque ele falava muito pouco o português e não entendia... eles entraram nessa conversa que era um grande engano. Os búfalos comiam até as roupas das pessoas. (RAIMUNDO FORTE – Conversa com finalidade, 2021. Grifos nossos.)

Segundo o depoimento colhido por Meire Silva (2020) junto aos *Galibi Marworno*, Romildo dos Santos chegou mesmo a informar que ocorreu uma “crise da farinha” (2020, p. 121)

---

<sup>13</sup> O registro de Koko Tavi, coerente com os registros de época, declina todos os líderes envolvidos na instalação da fazenda de búfalos, tais como os Senhores Raimundo Geronimo, Camilo Narciso e Joane dos Santos, líderes indígenas que assumiram os títulos de liderança impostos pelo SPI/Exército tais como Capitão, Major e Delegado. Tavi registra ainda o nome do Senhor Djalmá Sfair, agente do SPI/FUNAI para o Oiapoque á época (Zaguetto, 2019), ao lado do Sargento do Exército, constringendo as lideranças a permanecerem no suposto “acordo”, em trocas das armas de fogo entregues no escambo.

<sup>14</sup> O ato dos búfalos de mastigar ininterruptamente tudo o que encontravam aparece em diferentes relatos de interlocutores Galibi Marworno, o fato produzia pavor nas pessoas. O comportamento de ingerir barro, terra e mesmo ossos de animais mortos pode ser explicado pela necessidade que os bubalinos têm de satisfazer suas exigências de consumo de minerais essenciais como: cálcio, fósforo, cobalto e cobre, que coincidentemente são abundantes no terreno das necrópoles que para os povos indígenas e mesmo para os supostos civilizados são espaços que requerem respeito e reverência. Para detalhamento do comportamento de bubalinos, consultar: Marques, 2000.

entre o povo, grassando a fome generalizada tanto pela falta de acesso às roças de mandioca e recursos aquáticos quanto aos produtos de pesca e mariscagem tradicional, além da ausência do aporte de carne e leite que o exército prometera a partir do funcionamento da fazenda.

Voltando ao diário de *Koko Tavi*, vimos que no início da década de 1970 o novo Cacique *Galibi Marworno*, Floriano Macial, está às voltas com o problema dos bubalinos, que não dão trégua a seu povo. Ao receber o prefeito de Oiapoque à época, Tenente Onotônio (Onotônio em *Kheuól*)<sup>15</sup>, o Cacique Macial tenta negociar:

[e] disse para Prefeito ONOTÔNNO, vamos negocia[r], responde [o] prefeito ONOTÔNNO, me conta tudo o que vocês esta faltando, na sua aldeia, hai o cacique Floriano Macial fez um depoimento, de todos o que é que mas nós prejudicar é a FAZENDA SURAIMUN. O exercito esta dando muitos prejuízo, para nois em nossas AREAS, é por isso, eu sou cacique da aldeia Cumarumã, as população disse o cacique Floriano Macial esta procurando nossos direitos. Foi por isso solicitamos ao senho Prefeito ONOTÔNNO, pode nós dar ajuda elabora[r] um baixa assinada, os Eleito[r] vai ajuda, com votos ao senhor (...) O senhor Prefeito ONOTONO, disse, cacique, fala com P[adre] Nelhe, para elabora[r] um documento, para enviar ao Presidente Indígena disse, prefeito ONOTONO, para cacique Floriano Macial. O senho[r] P. Nelhe trabalha com os indios, ele e indigenistos, hai não paga nada, o prefeito ONOTONO, disse ao cacique Floriano Marcial (...) (KOKO TAVI – manuscrito não datado, p. 28)

Causa estranheza que um prefeito biônico<sup>16</sup> da ditadura militar que, em tese, tinha a sua disposição diferentes recursos para interceder pelo povo *Marworno* tenha indicado ao Cacique que procurasse o Padre Nello<sup>17</sup> para que este tomasse a frente das medidas de reintegração territorial dos indígenas, contrariando outros interesses. Tal evento faz pensar em mais uma estratégia de produção de argumentos contra a atuação do clérigo, a essa altura inimigo declarado do regime militar. Talvez nunca seja revelada a real motivação do Tenente Onotônio para o assunto.

As datas referidas sobre os bubalinos ocupando o espaço de vida e submetendo pessoas indígenas a miséria, devorando e pisoteando os nichos ecológicos dos quais elas dependem não pretendem ser exatas, mas o conjunto dos testemunhos e documentos coligidos faz pensar que o problema da invasão dos animais foi gerado especificamente na fase final de atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e continuado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), inaugurada a partir de 1967 pelos militares no poder.

Em 1976, mais de uma década depois dos primeiros incidentes registrados com os animais nas aldeias *Marworno*, foi encontrado o ofício do delegado regional da FUNAI sediado em Belém/PARÁ, Coronel Antônio Augusto Nogueira, pedindo providências quanto à retirada dos

---

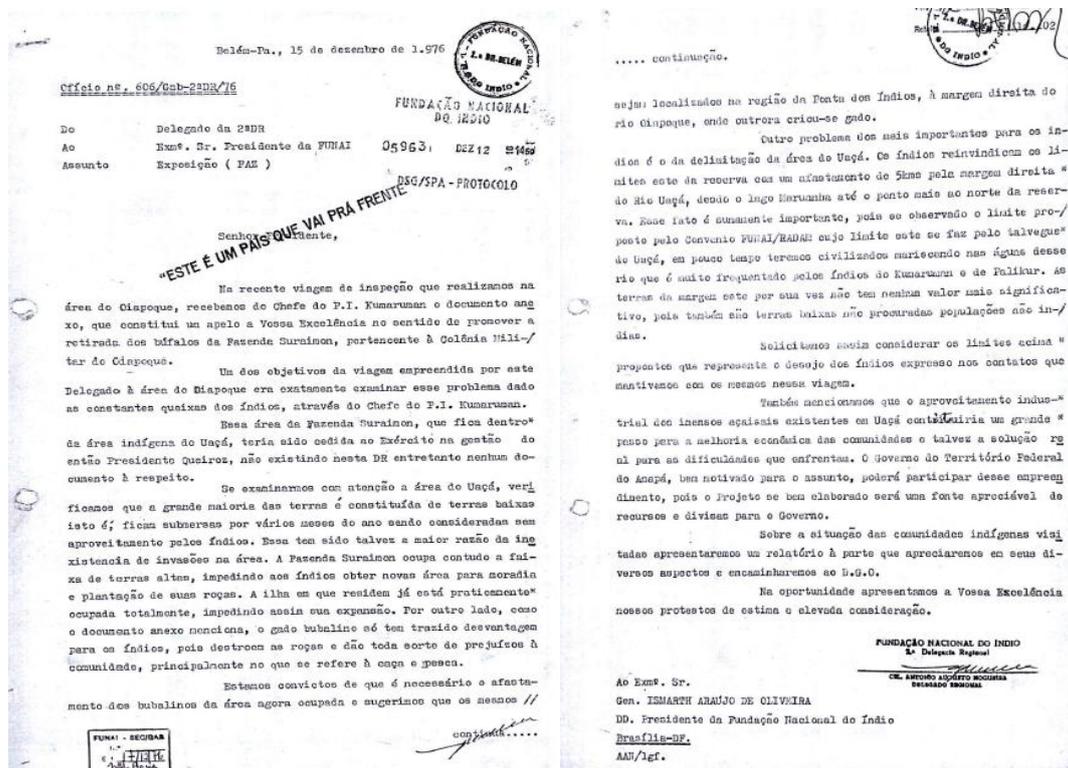
<sup>15</sup> Segundo Sônia Zaguetto (2019), o Tenente Onotônio foi prefeito não eleito de Oiapoque no início da década de 1970 durante o período da Ditadura militar no Brasil.

<sup>16</sup> Não eleito pelo voto popular.

<sup>17</sup> Trata-se do Padre Nello Rufaldi, clérigo vinculado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que atuou em favor dos Povos Indígenas do Oiapoque, posicionando-se contra os arbítrios da ditadura militar à época. (BELTRÃO; BATISTA, 2018).

bubalinos da Terra Indígena Uaçá. Além da retirada, o Coronel recomendava o óbvio: que o órgão estimulasse as práticas econômicas e alimentícias tradicionais do povo, como o aproveitamento dos “imensos açazais” constantes do território:

Imagem 03: Ofício da segunda Delegacia Regional da FUNAI (Belém/PARÁ), para a presidência do órgão.



Fonte: SILVA, 2020, p. 403-404.

Quatro anos após o envio deste ofício, dirigido ao presidente nacional da FUNAI, General Ismarth de Oliveira, ainda permanecia a falta de interesse em dar cabo do flagelo provocado pelos búfalos asselvajados no território indígena. A principal alegação seria de uma pretensa dificuldade em “doar” a fazenda - supostamente pertencente ao exército - para a FUNAI, a fim de que o órgão indigenista finalmente pudesse desativá-la.

É possível identificar o sofrimento dos *uaçauára* também nas páginas da revista do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), nos idos dos anos 80 do século XX. Por ocasião de uma assembleia ocorrida na aldeia Manga, quando o cacique Macial apoiou o discurso de Henrique dos Santos, cacique Karipuna, quando esse afirmou que “ninguém mais do que os próprios índios tem maior interesse de defender suas terras”, pois é impossível confiar nos “civilizados” uma vez que os “brancos” só defendem os seus interesses e que os povos do Uaçá tem motivos suficientes para não confiar em promessas; e a prova, segundo o líder, era “a criação da fazenda de búfalos de

Kumarumã, quando os próprios índios nada fizeram para impedir.” E prosseguiu afirmando que os indígenas confiaram que “as autoridades da FUNAI, se incumbissem pelos seus interesses” e a agência entregou “um terreno de grande valor prometendo que aquilo seria para posteriormente beneficiar a própria comunidade indígena com leite, manteiga, queijo, etc ...” promessas jamais cumpridas, sendo os militares os únicos beneficiados com o projeto, segundo o Relatório da Assembleia divulgado pela Revista.<sup>18</sup>

Na Assembleia dos Povos Indígenas do Oiapoque, ainda em 1980, os caciques reunidos decidiram enviar um ultimato à FUNAI, uma vez que diferentes líderes *Marworno* tinham feito várias viagens a Brasília para tentar desativar a fazenda, sem sucesso. Nesse momento o comunicado à capital federal informava que, não sendo atendidos, a solução seria partir para o sacrifício de todos os animais (SILVA, 2020). A resposta a essa correspondência viria somente anos depois, após duas décadas de sofrimentos e impedimentos que só aumentavam mediante o crescimento populacional dos *Marworno*.

Segundo o diário de *Koko Tavi*, a burocracia criada entre o exército e a FUNAI para a desapropriação da fazenda e retorno aos seus legítimos donos era falsa, pois não existia escritura da propriedade, pertencente desde tempos imemoriais ao seu povo. *Tavi* registra uma síntese da questão:

[o]s índio[s] disse[ram], tem bufalo [que] já comeu as ropas dos índios, já correu atrás dos índios, já foi ate na roça dos índios, derrubou a casa do forno dos índio, já comeu mandioca dos índios. No dia da reunião assinou todos os povos, cacique, vici cacique. Conselheiros, prepar[aram] uma denuncia contra essa fazenda Suraimon. Fez um documento encaminhamos em Brasília, para Presidente Indígena Rondôn, tinha 200 cabeça de bufalos, na área indígena Uaçá. O senhor Frederico, cacique Macial, vice cacique Felizardo dos Santos, 3 conselheiros, índios, foi a Oiapoque, fala com capitão Exército [em] Crevelândia do Norte, chegou lá, foi com capitão do Exército, Frederico apresentou cacique, vice cacique, os três conselheiros para o capitão do exército, começou discutindo. O capitão não concordou, com assunto, gritou com eles. O Senho[r] Frederico, ficara cara a cara com capitão do exército, discutindo, não deu respostas. Voltou para aldeia. [Em] 1985, o chefe Frederico de Miranda Oliveira, viajou a Brasília em busca [d]o direito dos índios Galibi Marworno, sob Fazenda Saraimum. [D]ia 08.12.1985, chegou Frederico chefia da FUNAI, de Brasília, alegre com bo[as] notícias, disse para os povos, esta aprovados, troce o xereco do Decreto, e o geral do documento para entregar ao comando, com a mão do cacique Macial, vice Felizardo, e 6 conselheiros, no gabinete do exército. A retirado do bufalo das areas indígenas [do] rio uaça, a fazenda não esta[va] resistrado em cartório nenhuma. De repente foi vendido os bufalos para o senhor Irodino filho, empreza[rio] dono comprou todos. (...) [T]erminou vende[r] os bufalos, para os empresarios, acabou com a fazenda no Suraimom, os exercitos foram embora, deixou as casas para os índios, hai começava melhora[r] o rio, os campos, as mata, as ilhas, e as roças e a aldeia. Disse[ram] os índios: o chefe Frederico, fez um bom trabalho, junto com a comunidade, com cacique, com vices, com os conselheiros. (*KOKO TAVI* – manuscrito não datado, p. 30-31)

---

<sup>18</sup> Para uma leitura completa das denúncias apresentadas pelas lideranças dos povos indígenas do Uaçá consultar: Mensageiro nº. 6, de setembro de 1980, editada pelo CIMI. A referida Assembleia foi realizada a propósito da BR Macapá/Oiapoque que estava cortando a área do Uaçá nas cabeceiras dos rios Uaçá, Urukauá e Kuripi.

Tratados aos gritos pelos agentes do exército, quando reclamavam, os líderes do povo *Marworno* somente conseguiram resolver a desdita com a autorização, por parte da FUNAI, da venda de todos os animais para um empresário do Oiapoque, o que resultou no abandono da fazenda. Não há registros de como e a quem foi feito o pagamento pelas duzentas cabeças de búfalos finalmente retiradas do Uaçá, negociação realizada por prepostos do órgão indigenista, a julgar pelo testemunho de *Koko Tavi*.

A linguagem metafórica de que nos utilizamos no título, em referência a um empreendimento militar que permite que búfalos submetam pessoas, devorando seus lugares de vida, trata de um estado de exceção em que se podem identificar práticas etnocidas, além de uma estranha produção de deslocamento sem deslocados, visto a permissão para que animais exógenos inviabilizem as condições de manutenção da vida indígena. O conjunto de indícios reunidos sobre a Fazenda *Soraimon* demonstra que o povo *Galibi Marworno* foi alienado dentro de seu próprio território, configurando a distopia de um deslocamento sem deslocados. Envolto na “briga” com os búfalos e o Estado brasileiro desde o ano de 1962 (Silva, 2020), o Povo *Marworno* finalmente retoma seu território e se livra dos búfalos e do exército concomitantemente, por volta de 1985<sup>19</sup> (*KOKO TAVI* – manuscrito não datado).

## **À GUIA DE CONCLUSÃO: A QUEM INTERESSOU A LONGEVIDADE DA FAZENDA SORAIMON?**

A essa altura da história, talvez não seja mais possível responder se os diferentes agentes indigenistas que atuaram no vale do Uaçá de fato acreditaram que seria possível transformar o povo *Galibi Marworno* em pecuaristas de *Bubalus bubalis*, dada a suposta “vocaçãõ” de seu território para a criação extensiva desse tipo de rebanho. Para além do arbítrio do Estado brasileiro, que via de regra interfere em territorialidades indígenas que não conhece e nem deseja conhecer, senão explorar, também é possível pressupor que houve vantagens auferidas por particulares na abertura do acesso àquele território.

Conforme demonstram diferentes registros da imprensa contemporânea, a transposição inadvertida de bubalinos para a ilha continental do Amapá tornou-se um problema ambiental de grandes proporções para o ente federado, degradação socioambiental que prevalece no tempo e no espaço, dada a fragilidade de atuação das atuais políticas e órgãos ambientais em toda a Amazônia.

---

<sup>19</sup> Para Carlos Alberto Ricardo (1983) a Fazenda *Soraimon* teria sido desativada em 1983. De 1962, provável ano da instalação segundo Meire Silva (2020), até a reintegração do território aos seus legítimos donos em 1983 (datação não indígena), ou 1985 (datação indígena mencionada por *Koko Tavi*); contam-se mais de vinte anos de ocupação humana e não humana a desestruturar o território *Galibi Marworno*.

Mas a pergunta que reincide questiona o porquê da longevidade de um sistema pecuário que tanto mal causou ao povo *Marworno*.

Para a longevidade da *Soraimon* cumpre apontar a obviedade do interesse do exército brasileiro em manter alguma autonomia alimentar em um território considerado de difícil logística para o provimento das tropas na fronteira. Interesse este que teria corroborado com outro, o dos órgãos indigenistas (SPI-FUNAI), que de seu nascimento até a atualidade, preconizam uma alegada integração produtiva dos povos indígenas aos ditames da sociedade e do modo de produção – ambientecida<sup>20</sup> – considerado hegemônico.

Para reflexões futuras, existe ainda a possibilidade de visibilização das ações de particulares que enriqueceram com o acesso aberto pelo exército ao Alto rio Uaçá, visto que há reificadas memórias da atuação de “marreteiros” que assediavam o povo *Marworno* em operações comerciais de cunho duvidoso. Além disso, relatos de acidentes com armas de fogo que vitimaram pessoas indígenas e eventuais menções ao abuso de mulheres indígenas estão dentre os muitos efeitos sociais que cabem no bojo do sistema *Soraimon*, considerando o escrutínio dos manuscritos do Senhor *Koko Tavi*. Memórias, histórias e registros que fazem pensar que são “os brancos” e não os búfalos, os verdadeiros devoradores do território do Povo *Marworno*.

Ainda há muito que se investigar e visibilizar sobre a desdita envolvendo a malfadada experiência da fazenda, o que não cabe nos limites deste artigo. O que se pode afirmar até aqui é que a luta do povo *Galibi Marworno* pela plena posse de seu território, bem como o exercício de autonomia de seu modo de vida, foi coroada com a homologação da Terra Indígena Uaçá, no ano de 1991<sup>21</sup>, corolário de uma luta secular pela vida, em meio ao constante desmantelamento e reconstrução do sistema-mundo *Uaçauára*. Ao mundo colapsado pelo consórcio entre búfalos e brancos, o Povo *Marworno* respondeu com luta, diplomacia, paciência e capacidade de organização e resiliência, o que nos permite presumir que os *Galibi Marworno* não somente fazem parte do passado, mas comporão o futuro das Amazônias.

## REFERÊNCIAS

### Documentais

---

<sup>20</sup> Denomina-se de “ambientecida” as ações deletérias do órgão indigenista e do exército de forma deliberada comprometendo os modos de vida indígena que de alguma forma se associa à etnocídio e genocídio que acompanham a ação supostamente inofensiva.

<sup>21</sup> Conforme o Decreto Presidencial de número 298, datado de 29 de Outubro de 1991, que homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Uaçá, no Estado do Amapá. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D298.htm) Acesso em 13 nov. 2021.

*Koko Tavi, Galibi Marworno* (Manuel Firmino, nome em português). História dos Galibi Marworno do Rio Uaçá: no passado de ontem – no presente de hoje. (Diário, Memória) manuscrito/documento não datado cedido pelos netos aos autores.

Elza Santos. (*Galibi Marworno*). Conversa com finalidade (entrevista informal) concedida a Ramiro Esdras Carneiro Batista na aldeia São José dos Galibis/ Oiapoque/AMAPÁ, realizada em 07 jul. 2018.

Raimundo Forte (*Galibi Marworno*) – Conversa com finalidade (entrevista informal) concedida a Ramiro Esdras Carneiro Batista por meio remoto – Tradução feita em conjunto com Elson Forte *Galiby* realizada em 21 nov. 2021.

## Bibliográficas

ASSIS, Eneida Côrrea de. **Escola Indígena, uma “frente ideológica?”** 1981. 100 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/Universidade de Brasília, Brasília, 1981. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=ASSIS%2C+Eneida.+Escola+Ind%3%ADgena%2C+uma+%E2%80%9Cfrente+ideol%3%B3gica%3F+&btnG](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=ASSIS%2C+Eneida.+Escola+Ind%3%ADgena%2C+uma+%E2%80%9Cfrente+ideol%3%B3gica%3F+&btnG). Acesso em: 17 nov. 2021.

BANCO DO NORDESTE. **Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.

BATISTA, Ramiro Esdras Carneiro. **Keka Imawri:** narrativas e códigos da guerra do fim do mundo. Belo Horizonte, Ed. Comissão Mineira, 2020.

BELTRÃO, Jane Felipe & BATISTA, Ramiro Esdras Carneiro. Sr. Uwet, a tutela e o indigenismo. **Espaço Ameríndio.** Porto Alegre. v. 12, n.º. 2, p. 10-26, 2018. Disponível em: <https://seer.ufgrs.br/index.php/EspacoAmerindio>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BISAGGIO, Eduardo Lage et al. Búfalos Ferais (*Bubalus bubalis*) em Áreas Protegidas: um estudo de caso na Reserva Biológica do Guaporé, RO. **Biodiversidade Brasileira-BioBrasil**, n.º. 2, p. 243-260, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/261759526\\_Bufalos\\_Ferais\\_Bubalus\\_bubalis\\_em\\_Areas\\_Protegidas\\_um\\_estudo\\_de\\_caso\\_na\\_Reserva\\_Biologica\\_do\\_Guapore\\_RO](https://www.researchgate.net/publication/261759526_Bufalos_Ferais_Bubalus_bubalis_em_Areas_Protegidas_um_estudo_de_caso_na_Reserva_Biologica_do_Guapore_RO). Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. Decreto Número 298, de 29 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Uaçá, no Estado do Amapá. **Presidência da República.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D298.htm) .Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. Resolução CONAMA N.º 1 DE 23/01/1986. **Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=95508>. Acesso em: 20 out. 2020.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. A Estrada BR 156 vai cortar a reserva dos índios Karipuna Galibis Palikur *In: Mensageiro.* N.º. 6, p. 13-16, 1980. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AIyhgkQbA9J48ds&cid=9EA0EE263A9D4C09&id=9EA0EE263A9D4C09%212731&parId=9EA0EE263A9D4C09%21108&o=OneUp>. Acesso em: 03 mar.2022.

DOMINGUES, Eloisa (Coord.). **Uso da terra no Estado do Amapá**. Amapá: IBGE, 2004. (Relatório técnico inédito)

FOLHA DE SÃO PAULO. **Avião dos EUA é resgatado no Amapá**. Edição de 23 de julho de 1995. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/23/mundo/14.html>. Acesso em: 05.jul. 2020.

MARQUES, José Ribamar Felipe (Coord.). **Búfalos – o produtor pergunta, a Embrapa responde**. Brasília: EMBRAPA, 2000. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/103213/1/500perguntasbufalos.pdf> Acesso em: 04 mar. 2022.

MEIRA, Sílvio. **Fronteiras Setentrionais: 3 séculos de lutas no Amapá**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MONTEIRO, Fred Júlio Costa. **Impactos ambientais causados pelos búfalos asselvajados nos campos inundáveis da Estação Ecológica de Maracá-Jipioca (Costa Atlântica do Amapá)**. 2009. 93 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical). Universidade Federal do Amapá. 2009. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgbio/files/2010/05/fred.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. O Rio Branco no contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização europeia entre o século XVI e XVIII. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende & MOREIRA, Felipe Kern. **As relações internacionais na fronteira norte do Brasil: coletânea de estudos**. Boa Vista: EDUFRR, 2011. p. 29-59.

PORTAL R-7. **Amapá vive caos ambiental. 2015**. Fonte: <https://noticias.r7.com/cidades/com-criacao-de-bufalos-descontrolada-amapa-vive-caos-ambiental-03082015>. Acesso em: 01 nov. 2021.

RICARDO, Carlos Alberto. (Org.). **Povos Indígenas no Brasil**. CEDI, 1983.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil: das cabeceiras do rio Xingu, rios Araguaia e Oiapoque**. Brasília: Senado Federal, 2019 [1944 provavelmente].

SILVA, Meire Adriana da. **Galibi Marworno, Palikur, Galibi Kaliña e Karipuna: demarcando territórios e territorializações – Oiapoque/AP–Amazônia**. 2020. 420 f. Tese de Doutorado – UNIFESP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193410> Acesso em: 03 mar. 2022.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ZAGHETTO, Sonia. **Histórias de Oiapoque – Com o arquivo e as memórias de Roque Pennafort**. Brasília, Annabel Lee, 2019.

Direitos autorais 2023 - Direito Socioambiental – ReDis (UEG)

Editores responsáveis: Thiago Henrique Costa Silva e Ricardo Oliveira Rotondano.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).